

FATORES EXPLICATIVOS DA AUTONOMIA FINANCEIRA REAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DO ANO DE 2022

EXPLANATORY FACTORS OF THE REAL FINANCIAL AUTONOMY OF
BRAZILIAN MUNICIPALITIES IN 2022

FACTORES EXPLICATIVOS DE LA AUTONOMÍA FINANCIERA REAL DE LOS
MUNICIPIOS BRASILEÑOS EN 2022

Eli de Sousa Lima¹, Maurício Corrêa da Silva², Edmilson Jovino de Oliveira³, Victor Godeiro de
Medeiros Lima⁴

DOI: 10.54899/dcs.v23i96.7098

Recibido: 17/08/2026 | Aceptado: 10/09/2026 | Publicación en línea: 17/09/2026.

RESUMO

As receitas próprias refletem o esforço fiscal da administração pública para financiar os serviços públicos, diferenciando-se das transferências constitucionais e demais recursos externos. Este estudo analisou os fatores explicativos da autonomia financeira real dos municípios brasileiros em 2022, utilizando o indicador proposto por Silva (2012), que relaciona receitas próprias e despesas totais, excluindo transferências correntes, operações de crédito e transferências de capital. A pesquisa fundamentou-se nas Teorias da Agência Aplicada ao Setor Público, das Finanças Públicas e do Federalismo Fiscal. Os dados oficiais foram analisados por meio de modelo linear generalizado (GLM), com distribuição *Tweedie* e função de ligação identidade. Os resultados indicaram que empresas ativas, transferências constitucionais (FPM e cota-parte do ICMS), localização na Região Sul e experiência política do gestor influenciam significativamente a autonomia financeira real. Conclui-se que fatores econômicos, financeiros, regionais e políticos afetam a capacidade de financiamento dos municípios, subsidiando a gestão pública e futuras pesquisas.

Palavras-chave: Receitas Próprias. Despesas Totais. Descentralização. Gestão Pública Municipal. Finanças Públicas. Federalismo Fiscal.

ABSTRACT

Own-source revenues reflect the fiscal effort made by public administrations to finance public services, distinguishing them from constitutional transfers and other external funding sources. This study analyzed the factors explaining the real financial autonomy of Brazilian municipalities

¹ Mestre em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
E-mail: eli.sousa.096@ufrn.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8758-762X>

² Doutor em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
E-mail: prof.mauriciocsilva@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2036-5237>

³ Doutor em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
E-mail: edmilson.oliveira@ufrn.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6778-9440>

⁴ Doutor em Ciências Contábeis, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: victor_godeiro@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5538-8191>

in 2022 using the indicator proposed by Silva (2012), which measures the ratio of own-source revenues to total expenditures, excluding current transfers, credit operations, and capital transfers. The research was grounded in Agency Theory Applied to the Public Sector, Public Finance Theory, and Fiscal Federalism Theory. Official data were analyzed using a Generalized Linear Model (GLM) with a Tweedie distribution and an identity link function. The findings indicate that the number of active firms, constitutional transfers (Municipal Participation Fund (FPM) and the municipalities' share of the ICMS), location in Brazil's Southern Region, and the mayor's prior political experience significantly influence real financial autonomy. The results suggest that economic, financial, regional, and political factors affect municipalities' capacity to finance their expenditures, providing evidence to support public management and future research.

Keywords: Own Revenues. Total Expenses. Decentralization. Municipal Public Management. Public Finances. Fiscal Federalism.

RESUMEN

Los ingresos propios reflejan el esfuerzo fiscal de la administración pública para financiar los servicios públicos, diferenciándose de las transferencias constitucionales y de otras fuentes externas de financiamiento. Este estudio analizó los factores explicativos de la autonomía financiera real de los municipios brasileños en 2022, utilizando el indicador propuesto por Silva (2012), que relaciona los ingresos propios con el total de los gastos, excluyendo las transferencias corrientes, las operaciones de crédito y las transferencias de capital. La investigación se fundamentó en la Teoría de la Agencia Aplicada al Sector Público, la Teoría de las Finanzas Públicas y la Teoría del Federalismo Fiscal. Los datos oficiales se analizaron mediante un Modelo Lineal Generalizado (GLM), con distribución Tweedie y función de enlace identidad. Los resultados evidenciaron que el número de empresas activas, las transferencias constitucionales (FPM y la participación municipal en el ICMS), la ubicación en la Región Sur y la experiencia política previa del alcalde influyen significativamente en la autonomía financiera real. Se concluye que factores económicos, financieros, regionales y políticos inciden en la capacidad de los municipios para financiar sus gastos, aportando evidencia para fortalecer la gestión pública y futuras investigaciones.

Palabras clave: Autonomía Financiera Real. Municipios. Ingresos Propios. Federalismo Fiscal. Gestión Pública.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O desempenho econômico do setor público decorre do relevante papel exercido pelas organizações fiscais, cujas *performances* unidas a outros instrumentos governamentais são essenciais para o aperfeiçoamento da gestão pública e do bem-estar social. Nesse contexto, ganha

destaque a autonomia financeira dos entes públicos, a qual tem base legal na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e contribui significativamente para a eficiência e a capacidade de fornecer bens e serviços públicos nas diferentes esferas de governo, tornando-se um elemento fundamental para o exercício democrático, relacionadas às medidas adotadas entre os entes federativos (Matias, Souza e Mendes, 2022).

Resce (2022) reconhece a autonomia financeira governamental como a independência fiscal dos governos locais em relação aos governos centrais, consistindo na capacidade de sustentar seus próprios gastos por meio de sua arrecadação própria. Cruz, Macedo e Sauerbronn (2013) mediram a autonomia financeira por meio da relação entre o percentual de participação das receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada. Tanto Maličká (2021), quanto Resce (2022) também mensuram a autonomia financeira pela razão entre as receitas próprias pelas receitas totais, indicando a representatividade dos recursos próprios perante os recursos totais.

Contudo, antes mesmo desses autores, Silva (2012) já havia proposto um indicador diferente dos demais apresentados, denominado de Autonomia Financeira Real (AFR), sendo medido por meio da razão entre as receitas totais próprias pelas despesas totais, ou seja, o quanto o ente público arrecadou com seus próprios esforços para honrar todas as suas despesas. Em relação ao resultado, quanto maior, melhor.

Pesquisas nacionais (Grangeiro, 2017; Pacheco *et al.*, 2017; Matias, Souza, Mendes, 2022; Santos, 2022; Silva Néto, 2022; Paula, Pinho, 2023) e internacionais (Małkowska *et al.*, 2018; Rudyte *et al.*, 2018; Łuczak, Kozera, Bacci, 2018; Standar, Kozera, 2019; Maličká, 2021; Miceikienė, Skauronė, Krikštolaitis, 2021; Rence, 2022; Omodero, 2022) evidenciam que o estudo dessa temática vem crescendo na literatura. Contudo, nota-se uma necessidade maior de aplicação de abordagens metodológicas distintas, haja vista que nenhum dos estudos citados mencionou sobre a Autonomia Financeira Real (Silva, 2012).

Diante do exposto, partindo da necessidade de apresentar evidências teóricas e práticas para o aperfeiçoamento dos resultados da autonomia financeira local e considerando, para efeitos desse estudo, o conceito de autonomia financeira real, proposto por Silva (2012), elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: *quais fatores explicam a autonomia financeira real dos municípios brasileiros no ano de 2022?* O estudo busca analisar, dentre um conjunto de fatores, quais explicam a autonomia financeira real dos municípios brasileiros no ano indicado.

REVISÃO DE LITERATURA

Teoria da Agência Aplicada ao Setor Público

A Teoria da Agência teve sua origem a partir do contexto da crise econômica de 1929, período caracterizado pelo surgimento das grandes empresas, pela descentralização da propriedade e por um novo modelo de controle organizacional (Araújo, 2021). Também conhecida como Teoria do Agente Principal, Bronstein (2020) afirma que seu nascimento ocorreu em meados da década de 1930, a partir de estudos científicos realizados com organizações norte-americanas, os quais revelaram que o gerenciamento dessas entidades se restringia a apenas um proprietário ou grupos menores, havendo uma limitação no crescimento patrimonial de seus proprietários.

Os estudos desenvolvidos por Berle e Means (1932) originando a obra *The Modern Corporations and Private Property* e por Jensen e Meckling (1976) com o trabalho nomeado de *Theory of firm: Managerial Behaviour, Agency Costs and Ownership Structure*, além das pesquisas desenvolvidas entre esse período por Coase em 1937, Alchian e Demsetz em 1972 e por Mitnick e Ross, ambos em 1973 (Gomes, 2023) contribuíram significativamente para a disseminação dos conceitos e fundamentos da Teoria da Agência.

De acordo com Leite e Lira (2023), a Teoria da Agência baseia-se em conceitos econômicos, fundamentando-se na relação firmada por contrato entre o principal ou proprietário e o agente ou gestor, em que este recebe daquele, certos poderes de decisão para desempenhar algum serviço em seu benefício. Como consequência dessa relação, surgem os chamados conflitos de agência, situação em que os interesses de ambos são distintos, havendo dificuldade para o principal monitorar se o agente está desempenhando eficientemente as atividades que lhe foram delegadas.

O fundamento teórico da Teoria da Agência é detectar pontos conflitantes entre principal e agente e, a partir disso, desenvolver instrumentos de governança para reduzir estes conflitos entre as partes (Jensen, Meckling, 1976). Arrow (1985) verificou que o problema de agência envolve duas questões fundamentais: I) Risco Moral (*Moral Hazard*); e II) Seleção Adversa (*Adverse Selection*). A primeira questão abrange situações em que o comportamento do agente é desconhecido pelo principal ou é dispendioso para ser monitorado, já a seleção adversa envolve o contexto em que os agentes detêm informações desconhecidas pelo principal ou na qual o custo

de obtenção é oneroso.

No setor público, os conflitos de agência verificam-se na relação entre principal (sociedade civil) e o agente (Estado), representado nesta pesquisa pelos gestores públicos municipais do Poder Executivo. Na esfera executiva, os candidatos eleitos montam sua equipe de governo, cujos membros ocupam cargos de gestão durante seus mandatos eleitorais, tendo sob seu controle o sistema administrativo e movidos pelo interesse próprio (Peres, 2007; Martins *et al.*, 2016).

Os políticos eleitos podem ser sustentados por meio de partidos ou coligação partidária, tornando esses governantes sujeitos a pressões de grupos de interesses, dependendo do nível de ligação da coligação e de sua representação no Legislativo e na sociedade. Tais representantes, por sua vez, também sofrem influência de vários outros grupos de interesse e suas ações são pautadas em detrimento do volume de votos que podem obter, tendo em vista a busca pela reeleição (Peres, 2007).

Conforme Monteduro e Allegrini (2020) podem ser percebidas relações de agência não apenas entre a sociedade (principal) e os governantes (agentes), mas também entre os níveis de hierarquia dos funcionários públicos, como, por exemplo, o prefeito (principal) e o servidor público (agente). No setor público surgem vários casos que geram custos e conflitos de agência, decorrentes da assimetria informacional. Fantinelli e Lana (2022) esclarecem que as pesquisas que se utilizam da teoria da agência aplicada ao setor público podem auxiliar na melhor compreensão desses conflitos, os quais geralmente podem resultar em corrupção ou má gestão dos recursos públicos.

Assim, Santos *et al.* (2014) entendem que a gestão pública e a autonomia financeira estão associadas, sendo esta considerada um diferencial positivo para aquela. Nesse contexto, pode-se afirmar que a uma baixa autonomia financeira dos entes públicos decorrente de uma má gestão por comprometer a eficiência da alocação do dinheiro público e prejudicar desenvolvimento local, haja vista que os governantes, movidos pelos seus próprios interesses, podem acabar desviando os poucos recursos existentes ou aplicando-os erradamente os recursos que deveriam ser destinados ao fornecimento de bens e serviços à população local.

Estudos Empíricos

Nos estudos de Estevam e Oliveira (2012) foram analisados os impactos econômicos

gerados a partir da instalação de uma grande empresa em um município de Santa Catarina (SC). Os achados evidenciaram um crescimento econômico local, a partir da geração de empregos diretos e indiretos. Além disso, houve impactos positivos notáveis na arrecadação de impostos, no aumento dos fornecedores instalados nas proximidades da empresa, no setor comercial e de serviços em geral, enfim, contribuem significativamente no crescimento da economia local.

Veiga e Veiga (2013) e Resce (2022) também analisaram o aumento das transferências fiscais intergovernamentais e mudanças de votos associadas em eleições legislativas em Portugal. Os resultados sugerem que aumentos em transferências do governo central para municípios no ano eleitoral garantem votos adicionais, e que essas transferências são direcionadas a jurisdições onde o governo enfrenta o risco de perder apoio.

Estudos desenvolvidas por Mendes e Sousa (2006) e Lima e Diniz (2016) sugeriram que locais com um número elevado de habitantes demandam por mais serviços, demandando maior volume de recursos empregados para atender suas necessidades da população. Os autores identificaram que o aumento de habitantes em uma determinada localidade pode trazer a necessidade do aumento dos custos da oferta dos serviços. Já para Santos (2022), esse aumento populacional provoca maiores necessidades de fontes de financiamento, requerendo o aprimoramento dos sistemas de arrecadação própria, visando a continuidade da prestação dos serviços públicos.

A literatura revela que a localização do município pode influenciar na pressão pelo aumento dos gastos públicos, em virtude de fatores regionais, atividades econômicas, urbanização e contribuição para o crescimento econômico do país (Revorêdo *et al.*, 2021). Estudos evidenciam que o desempenho da implantação de políticas públicas eficientes pode ser influenciado por fatores, quais sejam: número de habitantes, fatores geográficos, geopolíticos e ambientais, características das atividades de produção, fatores políticos e capacidade administrativa dos gestores e do nível organizacional da população (Forlin, Rodrigues, 2012).

No estudo de Revorêdo *et al.*, (2021), a autora revelou que houve relação positiva e significativa entre as regiões Sul e Sudeste do Brasil com a Eficácia da Despesa Orçamentária, por outro lado, as regiões Norte e Nordeste não apresentaram significância nos resultados, sendo descartadas para efeito de inferência estatística. Nesse contexto, cada região possui suas particularidades e, portanto, sua população pode necessitar de uma maior ou menor demanda de serviços, podendo alterar o volume dos gastos que necessitará cada região. Então, como a composição da AFR possui como um de seus elementos as despesas totais da entidade pública,

decidiu-se testar a relação entre essas variáveis.

Silva e Queiroz (2018) analisaram os níveis de eficiência dos municípios do Rio Grande do Norte no uso dos recursos públicos e na qualidade da saúde. Nesse estudo, foi definida a idade do prefeito como uma das variáveis explicativas, examinando sua influência sobre a gestão municipal. Com resultado, a pesquisa revelou um efeito significativo, porém com sinal negativo. Esse achado indica que a deficiência na execução das despesas em saúde pode estar relacionada à imaturidade dos prefeitos.

No estudo de Avellaneda (2009), foi investigada a atuação das finanças públicas de 40 municípios colombianos entre os anos de 2000 a 2004. Avaliou-se o efeito da formação educacional dos gestores em relação a dois índices financeiros: a arrecadação de impostos e a execução de despesas. Como resultado, foi revelado que a formação do prefeito impacta positivamente tanto a arrecadação municipal quanto a execução de despesas em programas sociais, reforçando a ideia de eleger gestores qualificados.

Besley, Montalvo e Reynal-Querol (2011), com base em evidências práticas da relevância educacional para o desempenho da economia local, pesquisaram se o grau de instrução do gestor público causa efeito no nível de crescimento econômico. Os resultados revelaram um melhor desempenho no crescimento econômico quando os gestores públicos apresentavam um grau de instrução educacional mais elevado.

Nos estudos de Silva e Queiroz (2018), os autores destacaram que o grau de instrução dos gestores públicos locais pode influenciar a qualidade de sua gestão. A pesquisa de Rocha (2022) revelou que as variáveis representantes dos graus de instrução dos gestores públicos locais apresentaram valores estatisticamente significativos, a saber: ensino médio completo e ensino superior completo.

Os resultados dos estudos de Brollo e Troiano (2016) sugerem que as mulheres têm menos probabilidade de se envolverem em corrupção e de se envolverem com comportamentos estratégicos, além disso, o estudo aponta que as escolhas de gestores do sexo feminino podem ser mais socialmente orientadas do que as dos homens. Os autores revelaram também que as mulheres atraem significativamente mais transferências para investimento de capital para seus municípios do que os homens. Os resultados demonstraram o quanto as mulheres podem afetar as decisões e os resultados políticos na sociedade local.

Na investigação realizada por Freier e Thomasius (2016), foram utilizadas informações sobre orçamento municipal, resultados de eleições e os níveis de qualificação sob o aspecto

educacional e experiência profissional. A pesquisa demonstrou como resultado que os gestores municipais com uma prévia experiência política revelaram uma tendência para reduzir a dívida pública, minimizar os gastos totais e os impostos. Já os resultados da pesquisa de Malheiro (2018) evidenciaram que os municípios onde os gestores que os administram possuem experiência política, isto é, que exerceram cargos eletivos decorrentes de eleições anteriores, podem alcançar um melhor desempenho de efetividade na gestão pública.

Um estudo conduzido por Amagor (2009), à luz da teoria da agência, indicou que um maior número de membros do poder legislativo (vereadores) fiscalizando o desempenho das ações empregadas pelo poder executivo na gestão municipal pode colaborar para que o agente da relação (prefeito) atue de acordo com o esperado pelo principal (cidadãos), minimizando assim a assimetria informacional e, conseqüentemente, o oportunismo antecipado do agente. Assim, entende-se que um monitoramento mais ativo e atuante pode contribuir para um melhor desempenho do gestor público quanto à eficiência dos recursos públicos sob sua administração.

Entende-se a partir do autor que, quanto maior o número de vereadores que se encontram em oposição partidária e que cumprem seu papel ativamente para intensificar a fiscalização das ações do gestor público, presume-se que melhor tende a ser a gestão dos recursos públicos, o que pode contribuir para uma melhor autonomia financeira local.

Hipóteses da Pesquisa

As hipóteses a seguir foram formuladas com base nos estudos apresentados, visando analisar os fatores explicativos da Autonomia Financeira Real.

Hipótese 1 (H₁): Há relação significativa e positiva entre o número de empresas ativas no município e a Autonomia Financeira Real. Espera-se que quanto maior o número de empresas instalados no município, maior seu nível de Autonomia Financeira Real, com base nos estudos de Estevam e Oliveira (2012).

Hipótese 2 (H₂): Há relação significativa e positiva entre o volume das transferências constitucionais (FPM e Cota-Parte de ICMS) ao município e a Autonomia Financeira Real. Com base em Veiga e Veiga (2013) e Resce (2022), espera-se que quanto maior o volume de transferências constitucionais recebidas pelo município, maior sua Autonomia Financeira Real.

Hipótese 3 (H₃): Há relação significativa e positiva entre o número habitantes no município e a Autonomia Financeira Real. Conforme Santos (2022), espera-se que quanto maior

o número de habitantes do município, maior sua Autonomia Financeira Real.

Hipótese 4 (H4): Há relação significativa e positiva entre a região onde está localizado o município e a Autonomia Financeira Real. De acordo com Forlin e Rodrigues (2012) e Revorêdo *et al.* (2021), regiões mais desenvolvidas tendem a apresentar melhor eficácia na gestão dos recursos públicos, e consequentemente maior o nível de Autonomia Financeira Real.

Hipótese 5 (H5): Há relação significativa e positiva entre a idade do gestor municipal e a Autonomia Financeira Real. Os estudos de Silva e Queiroz (2018) indicam que quanto mais maduro e maior a idade do gestor público, mais eficiente é a execução da despesa pública, e consequente maior a Autonomia Financeira Real.

Hipótese 6 (H6): Há relação significativa e positiva entre o Grau de Instrução do gestor municipal e a Autonomia Financeira Real. A partir dos estudos de Avellaneda (2009), Besley, Montalvo e Reynal-Querol (2011), Silva e Queiroz (2018) e Rocha (2022) constatou-se que quanto maior o grau de instrução do gestor público, melhor a qualidade da gestão, assim espera-se que contribua no aumento da Autonomia Financeira Real do município.

Hipótese 7 (H7): Há relação significativa e positiva entre o gênero feminino do gestor municipal e a Autonomia Financeira Real. Esta hipótese foi formulada a partir dos resultados obtidos nas pesquisas de Brollo e Troiano (2016) e Avelino *et al.* (2014), os quais indicaram que a participação de gestores do sexo feminino contribui para um melhor desempenho e eficiência na gestão pública.

Hipótese 8 (H8): Há relação significativa e positiva entre a experiência política do gestor municipal e a Autonomia Financeira Real. Formulou-se esta hipótese baseando-se nos achados de Malheiro (2018), Freier e Thomasius (2016) e Silva e Queiroz (2018), os quais identificaram que uma maior capacidade na gestão da dívida pública, na efetividade dos recursos públicos aplicados e na tomada de decisão eficaz, em virtude de experiências em cargos eletivos anteriores.

Hipótese 9 (H9): Há relação significativa e positiva entre a competição política (gestor com o partido político diferente da maioria dos vereadores do município) e a Autonomia Financeira Real. A partir dos estudos de Costa, Faroni e Vieira (2006), Amagor (2009), Silva e Almeida (2012) e Malheiro (2018), admite-se que quanto mais ativa a fiscalização do poder legislativo, representados pelos vereadores, presume-se que melhor tende a ser a gestão dos recursos públicos pelo poder executivo, o que pode contribuir para uma melhor autonomia financeira real.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

População da Pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida com base em dados públicos extraídos dos sites da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Painel de Empresas (Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nessa pesquisa, envolvendo os 5.568 municípios brasileiros. No entanto, houve a necessidade de exclusão de alguns dados, após a análise, passando a compor uma amostra total de 5.427 municípios brasileiros, sendo 432 da Região Norte, 1.744 da Região Nordeste, 457 da Região Centro-Oeste, 1.631 da Região Sudeste e 1.163 da Região Sul.

Descrição das Variáveis

No Quadro 1, demonstra-se a descrição da variável dependente e das variáveis independentes do modelo estatístico como elementos explicativos da Autonomia Financeira Real dos municípios brasileiros, bem como da exposição da fonte desses dados.

Quadro 1 – Descrição das variáveis para análise da relação			
	VARIÁVEL DEPENDENTE		
Significado	Fonte de dados		
AFR	STN (2023) Autonomia Financeira Real		
VARIÁVEIS EXPLICATIVAS			
Variáveis	Fonte de dados e descrição	Hipóteses	Sinal Esperado
Econômica			
EMPATIV	PAINEL DE EMPRESAS - DREI (2023) Empresas Ativas	H ₁	+
Financeira			
TRANSFER	STN (2023) Transferências Constitucionais (FPM e Cota-Parte de ICMS)	H ₂	+
Social			
POP	IBGE (2023) POP_1 - Municípios de Pequeno Porte I (até 20.000 habitantes). POP_2 - Municípios de Pequeno Porte I (20.001 até 50.000 habitantes). POP_3 - Municípios de Médio Porte (50.001 até 100.000 habitantes). POP_4 - Municípios de Grande Porte (a partir de 100.001 habitantes). Variáveis <i>Dummies</i> na	H ₃	+

	regressão (0 ou 1).		
Localização			
Região do município	IBGE (2023) Regiões brasileiras (NORDESTE, NORTE, SUDESTE, SUL E CENTRO-OESTE). Variáveis <i>Dummies</i> na regressão (0 ou 1).	H ₄	+
Características do Gestor			
Idade	TSE (2023) Idade no momento da posse 21 a 40 anos (IDAD_1); 41 a 60 anos (IDAD_2); 61 a 80 anos (IDAD_3); Acima de 80 anos. Variáveis <i>Dummies</i> na regressão (0 ou 1).	H ₅	+
Grau de Instrução	TSE (2023) Lê e Escreve (LE); Fundamental Incompleto (EFI); Fundamental Completo (EFC); Médio Incompleto (EMI); Médio Completo (EMC); Superior Incompleto (ESI); Superior Completo (ESC). Variáveis <i>Dummies</i> na regressão (0 ou 1).	H ₆	+
GEFEM	TSE (2023) Gênero Feminino Gestor do sexo feminino eleito. Variáveis <i>Dummies</i> na regressão (0 ou 1).	H ₇	+
EXPGEST	TSE (2023) Experiência Política Possui experiência política (exerceu algum mandato como vereador, prefeito ou vice, deputado, governador ou vice, ou senador). Variáveis <i>Dummies</i> na regressão (0 ou 1).	H ₈	+
Competição Política			
MAIVER	TSE (2023) Maioria dos Vereadores Gestor com o partido político diferente da maioria dos vereadores do município. Variáveis <i>Dummies</i> na regressão (0 ou 1).	H ₉	+

Fonte: dados da pesquisa.

A AFR de cada município foi definida como a variável dependente, sendo obtida por meio da razão entre as receitas totais próprias pelas despesas totais, desconsiderando na composição desses elementos as transferências correntes, as operações de crédito/financiamento de dívida e as transferências de capital. Conforme o autor Silva (2012) que propôs o indicador, quanto maior o resultado desse cálculo, melhor a autonomia financeira real, uma vez que mede a capacidade dos entes públicos de honrar suas obrigações contando com os recursos arrecadados pelos seus próprios esforços. Os elementos coletados que compuseram esse indicador são de natureza orçamentária, referem-se ao ano de 2022 e foram extraídos da base de dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), sistema gerenciado pelo STN.

Técnica de Análise e Interpretação dos Dados

Nesta pesquisa adotou-se como técnica para análise e interpretação dos dados a regressão GLM (*Generalized Linear Models*), utilizando-se de um caso especial de distribuição chamada *Tweedie* e função identidade. Essa técnica, segundo Silva *et al.*, (2020), obteve maior robustez teórica e prática por meio do profícuo trabalho dos britânicos Nelder e Wedderburn publicado em 1972. Sousa (2010) esclarece que os Modelos Lineares Generalizados representam uma evolução dos modelos lineares de regressão múltipla estabelecida e inserem modelos cuja variável dependente faz parte da classe de distribuições exponencial. Além disso, proporciona maior flexibilidade para a relação funcional entre a média da variável explicada μ e o η preditor linear. Tal função pode reconhecer qualquer forma monótona não-linear, não sendo obrigatoriamente a identidade.

Para utilização do GLM, não é necessário a aplicação de pressupostos, pois não existem restrições para seu uso, porém Gomes (2023) explica que existe a necessidade de verificar se nas variáveis explicativas do modelo existem problemas de multicolinearidade, haja vista que essa análise deve ser considerada na utilização de modelos regressivos. Portanto, para análise desse problema, Fávero e Belfiore (2017) recomenda a aplicação do teste VIF (*Variance Inflation Factor*), admitindo em seu resultado o valor de máximo de 10, sendo adotado na pesquisa de Gomes (2023).

O teste VIF tem o objetivo de analisar o quanto a variância de cada coeficiente estimado da regressão é aumentada por conta da presença de multicolinearidade (Fávero, Belfiore, 2017). Na sequência, são demonstrados, por meio da Tabela 1, os valores obtidos por meio do teste VIF.

Tabela 1 – Estatística de colinearidade das variáveis explicativas

Variáveis	FIV	Variáveis	FIV
EMPATIV	1,677	IDAD_2*	100,125*
TRANSFER	2,052	IDAD_3*	56,232*
POP_1	4,074	IDAD_4	0,997
POP_2	3,382	EFI	7,807
POP_3	1,004	EFC	8,763
POP_4	2,029	EMI	3,979
NORDESTE	3,327	EMC*	27,444*
NORTE	1,808	ESI	7,360
SUDESTE	3,2229	ESC*	35,185*
CENTRO-OESTE	1,0000	GEFEM	1,054
SUL	2,807	EXPGEST	1,042
IDAD_1	74,990*	MAIVER	1,059

*Variáveis excluídas do modelo (FIV > 10).

Fonte: dados da pesquisa.

Como se nota na Tabela 1, foi necessária a exclusão das variáveis IDAD_1, IDAD_2, IDAD_3, EMC e ESC devido à presença de multicolinearidade. Fávero e Belfiore (2017) apontam que esse tipo de problema nas variáveis ocorre quando o FIV é maior que 10.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da Tabela 2, são demonstrados os resultados da estatística descritiva e a frequência das *Dummies*.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas e frequências das *Dummies*

Estatísticas Descritivas					
Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
AFR	5.427	0	0,9904	0,1569	0,1099
EMPATIV	5.427	32	2.048,108	3.919,04	33.433,92
TRANSFER	5.427	19.451.340,48	12.910.823.364,46	346.691.421,58	474.976.970,28
Frequências das variáveis <i>Dummies</i>					
Variável	Descrição		Frequência		
POP_1	Municípios de Pequeno Porte I (População total até 20.000 habitantes)		3.748		
POP_2	Municípios de Pequeno Porte II (população total entre 20.001 e 50.000 habitantes).		1.035		
POP_3	Municípios de Médio Porte (População total entre 50.001 e 100.000 habitantes)		331		
POP_4	Municípios de Grande Porte (população total superior a 100.000 habitantes).		313		
NORDESTE	Região Nordeste		1.744		
NORTE	Região Norte		432		
SUDESTE	Região Sudeste		1.631		
SUL	Região Sul		1.163		
CENTRO-OESTE	Região Centro-Oeste		457		
IDAD_1	Idade entre 21 e 40 anos		1.240		
IDAD_2	Idade entre 41 e 60 anos		3.325		
IDAD_3	Idade entre 61 e 80 anos		849		
IDAD_4	Idade acima de 80 anos		13		
LE	Lê e Escreve apenas		39		
EFI	Ensino Fundamental Incompleto		281		
EFC	Ensino Fundamental Completo		323		
EMI	Ensino Médio Incompleto		119		
EMC	Ensino Médio Completo		1.390		
ESI	Ensino Superior Incompleto		259		
ESC	Ensino Superior Completo		3.016		
GEFEM	Gênero Feminino		655		
GEMAS	Gênero Masculino		4.772		
EXPGEST	Experiência do Gestor (com experiência)		3.965		
SEXPGEST	Experiência do Gestor (sem experiência)		1.462		
MAIVER	Maioria dos Vereadores		498		
SMAIVER	Sem maioria dos Vereadores		4.929		

Notas: GEMAS = Gênero masculino; SEXPGEST = Sem experiência do gestor; SMAIVER = Sem maioria dos vereadores.

Fonte: Dados pesquisa.

É possível constatar, a partir da análise descritiva, que a variável resposta (AFR) obteve como resultado uma média de 0,1569, isso pode evidenciar que a maioria dos municípios (5.427), conforme o banco de dados apurado, possui um índice de autonomia financeira real de 15,69%. O município que apresentou o maior nível de AFR do período analisado foi Igreja Nova/AL com quase 100% de AFR (0,9904). E os municípios que demonstraram um resultado nulo, isto é, com um índice zero, foram Cairu, Brejolândia e Aramari (Bahia) e Serra da Raiz (Paraíba).

A variável Empresas Ativas (EMPATIV) apresentou média de 3.919,04, evidenciando que em 2022 houve uma concentração média de aproximadamente 4 mil empresas ativas por município brasileiro, destacando-se nesse quesito os municípios de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG com um total de 2.048.108, 846.127 e 413.145, respectivamente, localidades que compõem a região sul do país. Constatou-se ainda que os municípios com o menor número de empresas ativas foram Santo Antônio dos Milagres (PI) e São Luís do Piauí (PI), com 32 empresas cada instaladas em seus territórios.

Por último, a variável TRANSFER que representa o somatório das Transferências Constitucionais, envolvendo os valores de FPM e Cota-Parte de ICMS, apresentou média de R\$ 346.691.421,58 em 2022. Recebe maior destaque o município de São Paulo/SP com um total de R\$ 12.910.823.364,46 recebidos no período, seguido dos municípios de Fortaleza/CE com R\$ 9.175.123.630,65 e Salvador/BA com R\$ 8.107.660.034,58. O município de Acrelândia/AC apresentou o menor valor dentre os municípios analisados, tendo um total de R\$ 19.451.340,48, valor muito abaixo da média apresentada.

Nota-se que a maioria dos municípios brasileiros analisados possuem população com até 20.000 habitantes, correspondendo a 69,06% dos municípios analisados. Segundo dados do IBGE (2022), o município com a menor população do Brasil é Serra da Saudade (MG) com apenas 833 habitantes e a maior é São Paulo (SP) com 11.451.245, conforme Censo Demográfico de 2022. Apenas 5,77% (313) estão na faixa dos municípios com população acima de 100 mil habitantes. Já região com maior número de municípios analisados foi a região nordeste, com 1.744, seguida da região Sudeste (1.631) e Sul (1.163). A região que apresentou menor número foi a região Norte, com 432 municípios.

Em relação à idade do gestor municipal, chama a atenção que mais de 61,27% (3.325) dos prefeitos eleitos no período estão na faixa de idade entre 41 e 60 anos. Os gestores mais idosos, com idade acima de 80, identificaram-se apenas 13. Mais de 50% (3.016) possuem Ensino Superior Completo. Na outra extremidade, foram identificados apenas 39 (0,72%) prefeitos que

somente sabiam ler e escrever. Quanto ao gênero, identificou-se que 4.772 dos municípios são administrados por homens e apenas 655 são de mulheres que exercem o comando no poder executivo. Este resultado corrobora os achados de Gomes (2023), a qual apresenta os homens como maioria na gestão executiva dos municípios brasileiros.

Quanto ao perfil gerencial, menos da metade (1.462) dos prefeitos eleitos da análise não apresentaram experiência, isto é, não haviam exercido nenhum mandato eletivo antes da posse no cargo do poder executivo, correspondendo a uma frequência de 26,94%. A maioria dos gestores eleitos (3.965) obteve experiência em outro mandato eletivo (vereador, prefeito ou vice, deputado, governador ou vice, ou senador) antes de assumirem o cargo como prefeito, isso representa uma frequência de 73,06% dos dados analisados.

Do total dos gestores presentes no banco de dados, a maioria apresentou uma baixa representatividade dos vereadores de seu município coligados no mesmo partido, isto é, uma pequena parcela dos prefeitos está no mesmo partido que a maioria dos seus vereadores, correspondendo a uma frequência de apenas 498 (9,18%). Por outro lado, na maioria dos municípios analisados, os prefeitos e a maioria de seus vereadores, não estão no mesmo partido político, atuando em partidos distintos da maioria dos membros do poder legislativo municipal, correspondendo a uma frequência de 90,83% (4.929).

Análise Econométrica

A Tabela 3 apresenta as informações do modelo de regressão adotado na presente investigação.

Tabela 3 – Informações do *Generalized Linear Model (GLM)*

Variável dependente	AFR		
Distribuição de probabilidade	Tweedie		
Função de ligação	Identidade		
Qualidade de ajustamento (<i>Godness of fit</i>)	Valor	df	<i>P-value</i>
Desviância dimensionada	5410,000	5410	0,497443145*
Teste de Omnibus	Valor	df	Sig.
Qui-quadrado da razão de verossimilhança	4877,049	16	0,0000*

Legenda: df = graus de liberdade; Sig. = nível de significância; * = significância ao nível de 5%

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com Fávero e Belfiore (2017), o modelo GLM possui a qualidade de ajustamento adequada quando o X^2_{cal} (Qui-quadrado calculado ou *deviance*) apresenta o resultado de $p\text{-valor} > 0,05$ para x graus de liberdade, significando não haver diferenças estatisticamente

significantes entre o número de previsões e observações. Nesse sentido, observa-se na Tabela 3 a confirmação de um modelo com ajustamento adequado, haja vista que o valor de X^2_{cal} (*deviance*) = 5410,000, para 5.410 graus de liberdade (*Degrees of freedom*), apontando um *p*-valor > 0,05.

Na sequência, aplicou-se o teste de Omnibus para certificar se o Qui-quadrado (X^2) da razão de verossimilhança (*Likelihood Ratio Chi-Square*) demonstra *p*-valor < 0,05. Conforme Fávero e Belfiore (2017), caso ocorra esse resultado, então rejeita-se H_0 (hipótese nula) ao nível de 5% de significância, em que H_0 são todos os parâmetros β estatisticamente iguais a zero. Isso revela que pelo menos uma das variáveis independentes (X) pode apresentar significância estatística para explicar a variável resposta.

Considerando tais informações, observa-se na Tabela 3 que o valor do $X^2 = 4877,049$ para 16 graus de liberdade (df) apresentou um *p*-valor = 0,0000. Isto significa que ao menos uma das variáveis explicativas do modelo é estatisticamente significativa para explicar a variável Autonomia Financeira Real (variável resposta).

Após a verificação do ajustamento do modelo econométrico e da aplicação do teste de Omnibus, realizou-se a análise dos resultados por meio do teste de hipótese de Wald. Por meio da Tabela 4, revela-se os resultados das estimativas da regressão pelo *Generalized Linear Model* (GLM), relacionando as variáveis explicativas com a variável resposta.

Tabela 4 – Resultados das estimativas da regressão – *Generalized Linear Model* (GLM)

Parâmetro	B	Modelo padrão	Intervalo de confiança de Wald 95%		Teste de hipótese		
			Inferior	Superior	Qui-quadrado de Wald	df	Sig.
(Ordenada na origem)	0,272	0,0112	0,250	0,294	585,354	1	0,000*
EMPATIV	2,335E-06	1,3472E-06	-3,052E-07	4,976E-06	3,005	1	0,083**
TRANSFER	7,294E-12	3,6606E-12	1,194E-13	1,447E-11	3,970	1	0,046*
POP_1	-0,114	0,0100	-,0134	-0,094	129,335	1	0,000*
POP_2	-0,068	0,0087	-0,085	-0,051	60,496	1	0,000*
POP_4	0,020	0,0251	-0,029	0,069	0,634	1	0,426
NORDESTE	-0,085	0,0037	-0,093	-0,078	518,825	1	0,000*
NORTE	-0,081	0,0044	-0,089	-0,072	342,105	1	0,000*
SUDESTE	-0,031	0,0037	-0,038	-0,024	72,668	1	0,000*
SUL	0,018	0,0042	0,009	0,026	17,638	1	0,000*
EFI	-0,015	0,0034	-0,021	-0,008	18,512	1	0,000*
EFC	-0,002	0,0050	-0,012	0,008	0,176	1	0,675
EMI	0,007	0,0093	-0,012	0,025	0,514	1	0,473

ESI	-0,002	0,0055	-0,013	0,009	0,105	1	0,745
GEFEM	0,004	0,0034	-0,003	0,011	1,445	1	0,229
EXPGEST	0,006	0,0022	0,002	0,010	7,481	1	0,006*
MAIVER	-0,004	0,0033	-0,010	0,003	1,255	1	0,263
(Escala)	0,090 (a)						

Notas: Variável dependente: AFR. Model: (Ordenada na origem), EMPATIV, TRANSFER, POP_1, POP_2, POP_4, NORDESTE, NORTE, SUDESTE, SUL, EFI, EFC, EMI, ESI, GEFEM, EXPGEST, MAIVER.

(a) Computado com base na desviância e a matriz de covariância com estimador robusto e o método Newton-Raphson.

Legenda: β = coeficientes; df = graus de liberdade; Sig. = nível de significância; * = significância dos coeficientes a 5% (0,05); ** = significância dos coeficientes a 10% (0,10)

Fonte: dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 4, pode-se notar, as variáveis POP_4, EFC, EMI, ESI, GEFEM e MAIVER não demonstraram significância nos seus resultados. A variável EMPATIV apresentou relação positiva ($\beta = 2,335E-06$) ao nível de 10% de significância estatística. Esse achado corrobora os resultados do estudo de Estevam e Oliveira (2012). Desse modo, confirma-se a hipótese H₁, haja vista que o *p-valor* da variável EMPATIV foi igual a 0,083, com coeficiente β positivo, revelando-se também como fator explicativo da variável dependente.

A partir do resultado da variável TRANSFER, pode-se observar, ao nível de 5% de significância (*p-valor* = 0,046), uma relação positiva ($\beta = 7,294E-12$) com a variável dependente. Assim, a hipótese formulada (H₂) foi confirmada. Esses achados estão alinhados com as ideias de Veiga e Veiga (2013). Nesse sentido, esses recursos recebidos do governo central visam proteger os municípios de eventos inesperados que podem afetar sua saúde fiscal e, com isso, reduzir seu nível de autonomia financeira.

Já os resultados das variáveis referentes ao número de habitantes por município, representadas pelas faixas de população (POP_1, POP_2) apresentaram significância estatística com valor com *p-valor* = 0,000, mas apresentaram sinais negativos, o oposto do que foi esperado, portanto, rejeita-se a terceira hipótese (H₃).

Quanto à variável de localização, as regiões NORDESTE, NORTE, SUDESTE apresentaram *p-valor* = 0,000, demonstram significância estatística ao nível de 5%, porém com coeficiente β negativo. Assim, rejeita parcialmente a H₄, haja vista que a região SUL demonstrou coeficiente β positivo (0,018) e *p-valor* = 0,000. Desse modo, apenas esta região confirma a quarta hipótese levantada (H₄).

Nos estudos de Forlin e Rodrigues (2012) e Revorêdo *et al.*, (2021), os pesquisadores defendem que pela localização do município, este pode apresentar maior volume de despesas devido à pressão por gastos públicos, decorrentes de fatores regionais, atividades econômicas,

urbanização, geográficos, dentre outros. Os achados da presente pesquisa corroboram os resultados de Revorêdo *et al.*, (2021), nesse estudo a autora revelou uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a região Sul brasileira e a Eficácia da Despesa Orçamentária. Foi evidenciado que os municípios localizados nessa região possuem um melhor desempenho quanto à sua despesa orçamentária.

A variável EFI (Ensino Fundamental Incompleto) foi a única pertencente à categoria Grau de Instrução dos gestores que foi significativa (p-valor = 0,000), porém com sinal negativo ($\beta = -0,015$). Por esse resultado, rejeita-se a hipótese 6 (H_6). Quanto à variável EXPGEST, apresentou p-valor = 0,006 e $\beta = 0,006$, o que demonstrar uma relação estatística significativa e positiva. Essa relação confirma a oitava hipótese da pesquisa (H_8) e aponta a variável como um fator explicativo da Autonomia Financeira Real dos municípios. Esse achado corroborou os estudos desenvolvidos por Freier e Thomasius (2016), Malheiro (2018) e Silva e Queiroz (2018), os quais esclarecem que essa variável pode influenciar positivamente na atuação dos gestores, administrando os recursos de forma mais eficiente.

Cabe destacar que, à luz da Teoria da Agência, os gestores municipais, sendo indicado como o agente da relação, que possuem maior experiência política podem ter mais capacidade argumentativa e de negociação para minimizar os conflitos de interesses existentes com os vereadores do poder legislativo (membros que fazem a fiscalização em nome da sociedade), sendo apontados como o principal dessa relação (Leite, Lira, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autonomia financeira constitui um dos principais elementos para o fortalecimento da gestão pública municipal, pois amplia a capacidade dos governos locais de financiar suas despesas com recursos próprios, reduzindo a dependência de transferências intergovernamentais e permitindo maior alinhamento entre as decisões orçamentárias e as necessidades da população.

Sob a perspectiva da Teoria da Agência Aplicada ao Setor Público, essa autonomia fortalece a responsabilização dos gestores perante os cidadãos, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de mecanismos de transparência, controle social e prestação de contas capazes de reduzir a assimetria informacional. No contexto brasileiro, esse processo é favorecido pelo modelo federativo instituído pela Constituição Federal de 1988, que descentralizou competências e ampliou a autonomia administrativa, financeira e tributária dos municípios.

Diante desse contexto, este estudo teve como objetivo analisar, à luz das Teorias da Agência Aplicada ao Setor Público, das Finanças Públicas e do Federalismo Fiscal, os fatores explicativos da Autonomia Financeira Real (AFR) dos municípios brasileiros no ano de 2022. Para tanto, foi utilizado o indicador proposto por Silva (2012), estimando-se um modelo empírico por meio da técnica Generalized Linear Model (GLM), com distribuição Tweedie e função de ligação identidade.

Os resultados demonstraram que o número de empresas ativas constitui fator explicativo da AFR, indicando que municípios com maior dinamismo econômico tendem a apresentar maior capacidade de financiamento de suas despesas por meio de receitas próprias. Verificou-se também que as transferências constitucionais, representadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e pela cota-parte do ICMS, influenciam positivamente a autonomia financeira real, evidenciando a importância desses recursos para o equilíbrio das finanças municipais.

Além disso, constatou-se que os municípios localizados na Região Sul apresentam níveis mais elevados de AFR, resultado compatível com evidências da literatura sobre a maior efetividade da gestão pública nessa região. Outro fator relevante foi a experiência política do gestor municipal, sugerindo que prefeitos com experiência em mandatos eletivos anteriores tendem a contribuir para um melhor desempenho da gestão fiscal e, conseqüentemente, para maiores níveis de autonomia financeira.

Por outro lado, as variáveis população, idade do gestor, grau de instrução, gênero feminino, competição política e as demais regiões do país não apresentaram significância estatística no modelo estimado, permanecendo como possibilidades para novas investigações. Entre as contribuições desta pesquisa, destaca-se o avanço da literatura sobre Autonomia Financeira Real ao identificar fatores econômicos, financeiros, regionais e políticos capazes de explicar o desempenho financeiro dos municípios brasileiros.

Os resultados também oferecem subsídios aos gestores públicos para o planejamento orçamentário e a implementação de políticas voltadas ao fortalecimento da arrecadação própria, contribuindo para uma gestão fiscal mais eficiente e menos dependente do governo central. Sob a perspectiva social, os achados fortalecem o controle social ao fornecer informações que podem auxiliar cidadãos e órgãos de fiscalização na avaliação da gestão financeira municipal.

Apesar do rigor metodológico empregado, a pesquisa apresenta limitações relacionadas à confiabilidade de parte das bases de dados utilizadas, especialmente aquelas provenientes de sistemas oficiais sujeitos à alimentação pelos próprios entes públicos, bem como à utilização de

informações referentes a diferentes períodos. Além disso, a análise concentrou-se exclusivamente no exercício de 2022, não permitindo avaliar alterações na autonomia financeira ao longo do tempo.

Como agenda para pesquisas futuras, recomenda-se a utilização de modelos com dados em painel, possibilitando analisar a evolução temporal da AFR e incorporar novas variáveis de natureza geográfica, climática, política e ambiental. Também se sugere reavaliar as variáveis que não apresentaram significância estatística nesta investigação, considerando diferentes períodos e especificações econométricas.

Conclui-se, portanto, que o objetivo da pesquisa foi alcançado e que o problema de pesquisa foi respondido. A análise evidenciou que Empresas Ativas, Transferências Constitucionais (FPM e cota-parte do ICMS), localização na Região Sul e Experiência Política do gestor constituem fatores explicativos da Autonomia Financeira Real dos municípios brasileiros. Esses resultados ampliam a compreensão sobre os determinantes da autonomia financeira municipal e oferecem evidências capazes de subsidiar a formulação de políticas públicas, fortalecer a gestão fiscal e estimular uma atuação mais efetiva da sociedade no acompanhamento e controle da administração pública.

REFERÊNCIAS

ALESINA, A.; CASSIDY, T.; TROIANO, U. Old and young politicians. **Economica**, v. 86, n. 344, p. 689-727, 2019.

AMAGOH, F. Information asymmetry and the contracting out process. **The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal**, v. 14, n. 2, p. 1-14, 2009.

ARAÚJO, L. A. **Comunicação em auditoria: um estudo na secretaria da saúde do estado da Bahia baseado nas teorias da agência e da informação**. 2021. 117f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia – UFB. Bahia/BA, 2021.

ARROW, K. J. Informational structure of the firm. **The American Economic Review**, v. 75, n. 2, p. 303-307, 1985.

AVELINO, B. C.; DA CUNHA, J. V. A.; FRANCO DE LIMA, G. A. S.; COLAUTO, R. D. Características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do estado de minas gerais. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 571-608, 2014.

AVELLANEDA, C. N. Mayoral Quality and local public finance. **Public Administration Review**, v. 69, p. 469-486, 2009.

BERLE, A.; MEANS, G. The modern corporation and private property. Chicago: Commerce Clearing House. 1932.

BESLEY, T; MONTALVO, J. G.; REYNAL-QUEROL, M. Do educated leaders matter? **The Economic Journal**, v. 121, n. 554, p. 205-227, 2011.

BIRD, R. M. **Rethinking subnational taxes: A new look at tax assignment**. International Monetary Fund, 1999.

BOADWAY, R.; SHAH, A. **Intergovernmental fiscal transfers: principles and practices**. World Bank Publications, 2007.

BOADWAY, R. The theory and practice of equalization. **CESifo economic studies**, v. 50, n. 1, p. 211-254, 2004.

BRACCO, E.; LOCKWOOD, B.; PORCELLI, F.; REDOANO, M. Intergovernmental grants as signals and the alignment effect: Theory and evidence. **Journal of Public Economics**, v. 123, p. 78-91, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 10 jan. 2024.

BROLLO, F.; NANNICINI, T.; PEROTTI, R.; TABELLINI, G. The political resource curse. **American Economic Review**, v. 103, n. 5, p. 1759-1796, 2013.

BROLLO, F.; NANNICINI, T. Tying your enemy's hands in close races: the politics of federal transfers in Brazil. **American Political Science Review**, v. 106, n. 4, p. 742-761, 2012.

BROLLO, F.; TROIANO, U. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 122, p. 28-45, 2016.

BRONSTEIN, M. M. Levantamento Bibliométrico: Governança Corporativa, Teoria da Agência e Teoria dos Stakeholders no Campo da Administração. **Revista Cadernos de Negócios**, v. 1, n. 1, 2020.

COSTA, D. M. D.; FARONI, W.; VIEIRA, R. S. Avaliação econômico-financeira dos municípios mineiros à luz da lei de responsabilidade fiscal no período de transição de governo. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2006.

CRUZ, C. F.; MACEDO, M. Á. S.; SAUERBRONN, F. F. Responsabilidade fiscal de grandes municípios brasileiros: uma análise de suas características. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 1375-1399, 2013.

DAMANPOUR, F.; WALKER, R. M.; AVELLANEDA, C. N. Combinative effects of innovation types and organizational performance: A longitudinal study of service organizations. **Journal of management studies**, v. 46, n. 4, p. 650-675, 2009.

DREHER, A.; LAMLA, M. J.; LEIN, S. M; SOMOGYI, F. The impact of political leaders' profession and education on reforms. **Journal of comparative economics**, v. 37, n. 1, p. 169-193, 2009.

ESTEVAM, D. O.; OLIVEIRA, J. C. Os impactos econômicos num pequeno município com a instalação de uma grande empresa: um estudo de caso do município de Morro Grande-SC. **Anais Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 3, n. 3, 2012.

FANTINELLI, N.; LANA, J. Teoria da agência aplicada ao setor público: uma pesquisa bibliométrica e agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 13, n. 2, p. 267-279, 2022.

FÁVERO, L. P. **Análise de dados: modelos de regressão com Excel®, Stata® e SPSS®**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de Análise de Dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FORLIN, J. A.; RODRIGUES, R. V. Finanças públicas e crescimento econômico nos municípios paulistas. **Economia e Desenvolvimento**, v. 24, n. 2, 2012.

FREIER, R.; THOMASIUS, S. Voters prefer more qualified mayors, but does it matter for public finances? Evidence for Germany. **International Tax and Public Finance**, v. 23, n. 5, p. 875-910, 2016.

GOMES, N. C. **Fatores explicativos do ranking de competitividade de municípios brasileiros: uma análise do indicador do Centro de Liderança Pública (CPL) do ano de 2022**. 2023. 74f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal/RN, 2023.

GRANGEIRO, V. C. **Evolução da autonomia financeira dos municípios cearenses em um cenário de proposta de reforma tributária**. 2017. 56f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza/CE, 2017.

HOUNMENOU, B. G.; DEGBEDJI, F. D. Impact of own resources on municipalities' investments expenditures in Benin. **International Journal of Development Issues**, v. 20, n. 3, p. 393-416, 2021.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency cost, and ownership structure. **Journal os Financial Economics**, p. 305-360, 1976.

LEITE, K. K. M.; LIRA, A. R. Análise dos fatores determinantes da transparência na gestão pública dos estados brasileiros: uma abordagem à luz da teoria da agência. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 5785–5806, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2022>. Acesso em: 22 jan. 2024.

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. **Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental**. Ed. 1º, Atlas, 2016.

LOBO, C.; FERREIRA, R. N.; NUNES, M. A. A sustentabilidade fiscal e a oferta de serviços públicos: uma análise dos municípios brasileiros de pequeno porte. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, p. e20210187, 2022. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210187>.

LOPEZ-VALCARCEL, B. G.; JIMÉNEZ, J. L.; PERDIGUERO, J. Danger: local corruption is contagious! **Journal of Policy Modeling**, v. 39, n. 5, p. 790-808, 2017.

ŁUCZAK, A.; KOZERA, A.; BACCI, S. The application of taxonomic methods and ordered logit model in the assessment of financial self-sufficiency of local administrative units. In: **Economic Science for Rural Development Conference Proceedings**. 2018.

MALHEIRO, B. F. **Fatores explicativos da efetividade da gestão municipal: uma análise empírica do contexto brasileiro**. 2018. Dissertação de Mestrado. Brasil.

MALIČKÁ, L. Financial Autonomy of Local Governments in the Slovak Republic: A Panel Data Investigation. **Ekonomický časopis**, 69 (7), 669–686. 2021.

MAŁKOWSKA, A.; TELEGA, A.; GŁUSZAK, M.; MARONA, B. Spatial interdependence in property taxation: the case of Polish municipalities. **Equilibrium. Quarterly Journal of Economics and Economic Policy**, v. 13, n. 2, p. 265-283, 2018.

MARTINS, V. A.; SILVA, W. V.; MELO, R. A.; MARCHETTI, R. Z.; VEIGA, C. P. Teoria de agência aplicada no setor público. **Revista Espacios**, v. 37, n. 35, p. 16373501-16373530, 2016.

MATIAS, W.; SOUZA, T.; MENDES, C. C. Autonomia fiscal dos municípios: o quê explica e o quê importa? **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2022.

MENDES, C. C.; SOUSA, M. C. S. Demand for locally provided public services within the median voter's framework: the case of the Brazilian municipalities. **Applied Economics**, v. 38, n. 3, p. 239-251, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/00036840500215378>

MENDES, S. **Administração Financeira e Orçamentária**. 5ª ed. rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2015.

MICEIKIENĖ, A.; SKAURONĖ, L.; KRIKŠTOLAITIS, R. Assessment of the financial autonomy of rural municipalities. **Economies**, v. 9, n. 3, p. 105, 2021.

MONTEDURO, F.; ALLEGRINI, V. How outsourcing affects the e-disclosure of performance information by local governments. **Government Information Quarterly**, v. 37, n. 1, p. 101398, 2020.

MUSGRAVE, R. A. **The theory of public finance: a study in public economy**. Kogakusha Co., 1959.

OMODERO, C. O. Fiscal federalism, tax independence and social enhancement. **Studia Universitatis Vasile Goldiș, Arad-Seria Științe Economice**, v. 32, n. 4, p. 1-15, 2022.

PACHECO, M. J. J.; ABRANTES, L. A.; ZUCCOLOTTO, R.; LUQUINI, R. A. Emendas Constitucionais e Descentralização Fiscal: Evolução e Interferências na Autonomia Financeira dos Municípios. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 16, n. 42, p. 180–208, 2017.

Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5661>.

Acesso em: 21 jan. 2024.

PAULA, H. C.; PINHO, M. M. The efficiency of public policies and the autonomy cost in Brazilian municipalities. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 24, p. eRAMF230196, 2023.

PERES, U. D. Custos de transação e estrutura de governança no setor público. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios-RBGN**, v. 9, n. 24, p. 15-30, 2007.

POUSINHO, A. P. **Modelos lineares generalizados tweedie aplicados ao cálculo de provisões para sinistros**. Dissertação. Universidade de Lisboa (Portugal), 2013.

RESCE, G. The impact of political and non-political officials on the financial management of local governments. **Journal of Policy Modeling**, v. 44, n. 5, p. 943-962, 2022.

REHORÊDO, C. R. S. C.; SILVA, M. C.; SILVA, J. D. G.; LIBONATI, J. J. Fatores Explicativos da Eficácia da Despesa Orçamentária dos Municípios Brasileiros. **Revista Globalização, Competitividade e Governabilidade – GCG**, v. 15, n. 1, p. 71-87, 2021.

Disponível em:

<https://www.proquest.com/openview/2b8a08af4da0c700251b024e4fee2e6c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=426364>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ROCHA, T. C. **Dinâmica espacial da transparência fiscal e fatores explicativos nos municípios brasileiros**. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa, 2022.

RODDEN, J. Comparative federalism and decentralization: On meaning and measurement. **Comparative politics**, p. 481-500, 2004.

RUDYTĖ, D.; RUPLIENĖ, D.; GARŠVIENĖ, L.; BAJORŪNIENĖ, R.; SKUNČIKIENĖ, S. Savivaldybių fiskalinio konkurencingumo vertinimas ekonominio augimo kontekste. 2018.

SANTOS, A. M. S. P. Reforma do Estado, descentralização e autonomia financeira dos municípios. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 4, p. 155-177, 2022.

SANTOS, A. M. S. P.; NAZARETH, P. A. Crise fiscal e seus impactos nas relações interfederativas: o caso dos municípios fluminenses. **Geo Uerj**, n. 31, p. 1-33, 2017.

SANTOS, A. P. Autonomia Municipal no Contexto Federativo Brasileiro. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [S. l.], n. 120, p. 209–230, 2012. Disponível em:

<https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/171>. Acesso em: 27 mar. 2024.

SANTOS, M. A. B.; MADEIRA, F. C.; PASSOS, S. R. L.; BAKR, F.; OLIVEIRA, K. B.; ANDREAZZI, M. A. R. Autonomia financeira em estabelecimentos públicos e privados de

saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 201-206, 2014.

SCHLEGEL, R. **Educação e comportamento político**: os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente. 2010. 325 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, J. L. M.; ALMEIDA, J. C. L. Eficiência no gasto público com educação: uma análise dos municípios do Rio Grande do Norte. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 39, p. 219-242, jul./dez. 2012.

SILVA, J. L. M.; QUEIROZ, M. F. M. Eficiência na gestão da saúde pública: uma análise dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (2004 e 2008). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 50, p. 149-170, jan./jun. 2018.

SILVA, M. C. **Demonstrações Contábeis Públicas**: indicadores de desempenho e análise. São Paulo: Atlas, 2012b.

SILVA, M. C.; SOUZA, F. J. V.; MARTINS, J. D. M.; CÂMARA, R. P. B. Fatores explicativos da gestão fiscal em municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 42, p. 26-37, 2020.

SILVA NÉTO, A. O. **Um estudo sobre a autonomia financeira dos municípios paraibanos**. 2022. 99f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba/PB, 2022.

SILVA, W. A. D. O.; BRUNI, A. L. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 415-431, 2019.

SOUSA, K. M. M. **Modelos lineares generalizados e modelos de dispersão aplicados à modelagem de sinistros agrícolas**. 2010. 67f. Dissertação (Dissertação em Ciências). Universidade de São Paulo – USP. Piracicaba/SP, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11134/tde-16032010-163501/en.php>. Acesso em: 26 abr. 2024.

STANDAR, A.; KOZERA, A. The role of local finance in overcoming socioeconomic inequalities in polish rural areas. **Sustainability**, v. 11, n. 20, p. 5848, 2019.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Intergovernmental fiscal transfers as pork barrel. **Public choice**, v. 155, p. 335-353, 2013.